



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 13 / 03 / 02  
Rubrica 61  
196

Processo : **10730.002114/99-34**

Acórdão : **202-13.182**

Recurso : **116.510**

Sessão : **29 de agosto de 2001**

Recorrente : **TEMPO DE CRIANÇA CRECHE - MATERNAL - JARDIM LTDA. ME**  
Recorrida : **DRJ no Rio de Janeiro - RJ**

**SIMPLES - OPÇÃO** - Poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica que exerce as atividades de creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental (Lei nº 10.034/2000 e IN SRF nº 115/2000). Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**TEMPO DE CRIANÇA CRECHE - MATERNAL - JARDIM LTDA. ME.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Alexandre Magno Rodrigues Alves.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2001

**Presidente**  
Marcos Vinícius Neder de Lima

**Relator**  
Antônio Carlos Bueno Ribeiro

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, Adolfo Montelo, Dalton Cesar Cordeiro de Miranda, Ana Paula Tomazzete Urroz (Suplente), Eduardo da Rocha Schmidt e Ana Neyle Olímpio Holanda.

Eaal/cf/cesa



Processo : 10730.002114/99-34  
Acórdão : 202-13.182  
Recurso : 116.510

Recorrente : TEMPO DE CRIANÇA CRECHE – MATERNAL – JARDIM LTDA. ME

## RELATÓRIO

Por bem descrever a matéria de que trata este processo, adoto e transcrevo, a seguir, o relatório que compõe a Decisão Recorrida de fls. 14/16:

“Versa o presente processo sobre a Exclusão da Opção pelo SIMPLES-SRS, em função do Edital de fls. 11/12, que excluiu o interessado da sistemática do SIMPLES.

A exclusão foi motivada pelo exercício de atividade econômica não permitida, com fundamento nos artigos 9º ao 16º da Lei nº 9.317/1996, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.732/1998 e a IN nº 74/1996, que, dentre outros, veda a opção à pessoa jurídica que preste serviços profissionais de professor ou assemelhados.

Inconformado com o ato denegatório, o interessado, que tem por objeto social a prestação de serviços de creche, educação infantil e ensino fundamental, conforme contrato social, de fls. 03/04, interpôs a petição de fl. 01, alegando o seguinte:

I – a impugnante não presta serviços profissionais de professor como tal definido na norma inspiradora da deliberação censurada;

II – tratando-se de preceito restritivo sua interpretação não permite generalizações, ampliações ou aumentos, como equivocadamente procedeu o órgão da Secretaria da Receita Federal.

Pelo exposto espera que seja revogado a vedação que lhe foi imposta.”

A autoridade singular, através da Decisão DRJ/RJO nº 3.791/00, manifestou-se pela ratificação do Ato Declaratório, cuja ementa possui a seguinte redação:



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10730.002114/99-34**  
Acórdão : **202-13.182**  
Recurso : **116.510**

**“Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples**

**Ano-Calendário: 1999**

**Ementa: EXCLUSÃO DO SIMPLES. ESCOLAS. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.**

**É vedada a opção pelo SIMPLES a pessoa jurídica que exerça atividade de ensino primário, médio ou superior.**

**SOLICITAÇÃO INDEFERIDA”.**

**Inconformada a interessada apresenta recurso a este Colegiado, no qual, em suma, reitera todos os argumentos expostos por ocasião de sua impugnação.**

**É o relatório.**



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

199

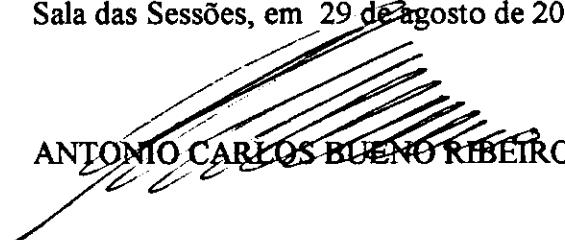
**Processo : 10730.002114/99-34**  
**Acórdão : 202-13.182**  
**Recurso : 116.510**

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO**

Conforme relatado, a matéria em exame refere-se à inconformidade da recorrente, na qualidade de sociedade limitada destinada ao ramo de educação infantil e fundamental, com a sua exclusão da Sistemática de Pagamento dos Tributos e Contribuições denominada SIMPLES, com fundamento nos artigos 9º ao 16 da Lei nº 9.732/98, que veda a opção, dentre outros, à pessoa jurídica que presta serviços de professor ou assemelhados.

Tendo em vista que a Instrução Normativa SRF nº 115/2000, no § 3º do seu art. 1º, assegurou a permanência no Sistema das mencionadas pessoas jurídicas, cujos efeitos da exclusão ocorreriam após a edição da Lei nº 10.034/2000, como é o caso da recorrente, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2001

  
ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO